



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 – CENTRO/SP - CEP: 01045-903
FONE: 2075-4500

PROCESSO	CEESP-PRC-2022/00260
INTERESSADA	Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo
ASSUNTO	Aprovação do Projeto do Curso de Especialização em Direito Médico e Responsabilidade Civil
RELATOR	Cons. Eduardo Augusto Vella Gonçalves
PARECER CEE	Nº 58/2023 CES "D" Aprovado em 08/02/2023 Comunicado ao Pleno em 15/02/2023

CONSLEHO PLENO

1. RELATÓRIO

1.1 HISTÓRICO

O Diretor da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo encaminha a este Conselho, pelo Ofício GFD 46/2022, protocolado em 29/06/2022, pedido de aprovação do projeto do Curso de Especialização em Direito Médico e Responsabilidade Civil, nos termos da Deliberação CEE 197/2021 – fls. 3.

Credenciamento da Instituição	Parecer CEE 346/2018, Portaria CEE-GP 357/2018, publicada no DOE de 16/10/2018, pelo prazo de cinco anos.
Direção	Diretora-Presidente: Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa Mandato: 16/2/2021 a 15/2/2025

O processo foi baixado em diligência para esclarecimentos sobre as ofertas do curso, respondida pelo Ofício 71/2022 (fls. 33), que informa que o curso de Especialização em Direito Médico e Responsabilidade Civil não será ofertado na modalidade EaD, para o ano letivo de 2023. Contudo, o Projeto Pedagógico enviado a este D. Conselho em 29/06/2022, já apresenta os requisitos e tecnologias presentes na Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, que atendem o estabelecido na Deliberação CEE 197/2021, para cursos ofertados também na modalidade a distância.

1.2 APRECIÇÃO

Com base na norma em epígrafe e nos dados do Relatório Síntese, informamos os autos como segue.

JUSTIFICATIVA DO CURSO

O curso de Especialização em Direito à Saúde na Jurisprudência dos Tribunais traz como sua principal proposta capacitar o profissional para compreender e atuar perante os principais desafios lançados pelo fenômeno da judicialização da saúde nos períodos anterior, durante e no pós-crise pandêmica deflagrada em março de 2020. Para tanto, será utilizado, durante todo o curso, como estrutura metodológica, a apresentação ao aluno do "direito à saúde" inserido na Constituição Federal Brasileira de 1988 (CF-88, em seu art. 196) abordando os seguintes aspectos: (i) o direito à saúde, sua execução por meio do conjunto normativo infraconstitucional (leis, portarias, resoluções e atos normativos reguladores) e sua resposta à crise pandêmica; (ii) judicialização do direito à saúde, a resposta da regulação sanitária (Anvisa) e o processo administrativo para incorporação de novas tecnologias no SUS; (iii) judicialização do direito à saúde e a observância a princípios da bioética e biodireito quanto à segurança de novas tecnologias de saúde (iv) judicialização do direito à saúde e a aplicação do código do consumidor quanto a cláusulas abusivas, restritivas e limitativas e acesso a tratamento; (v) a utilização de instrumentos normativos regulamentares pelo Poder Judiciário de modo a garantir o acesso a tratamento de saúde. A partir do contato do pós-graduando com esse conteúdo, a Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo pretende torná-lo um profissional competitivo e detentor do mais elevado nível de conhecimento, preparado para atuar perante as mais variadas instituições que envolvam o tema, permitindo-o compreender e atuar nas relações havidas entre cidadão, Poder Judiciário, e sistema misto de saúde brasileiro.



OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Estudar e compreender os instrumentos legais e constitucionais que regem o sistema misto de saúde brasileiro, e seu desafio em assegurar a garantia de tratamento digno à saúde do consumidor e do cidadão.

Objetivos Específicos:

- estudar o Sistema Único de Saúde (saúde pública) e saúde privada e sua importância na efetivação da garantia constitucional à saúde;
- conhecer os instrumentos legais para a defesa do cidadão quanto ao direito à saúde e os limites da judicialização da saúde;
- estudar o conjunto normativo que garante ao cidadão a efetivação do direito à saúde;
- compreender as relações e as possibilidades de tutela jurisdicional dos direitos do cidadão em relação ao sistema misto de saúde brasileiro (SUS e planos de saúde);
- compreender o papel do Estado na garantia da saúde enquanto direito fundamental de todos os cidadãos;
- melhorar a compreensão do profissional do direito e da área da saúde quanto aos institutos que formam a saúde pública e privada no Brasil;
- manter os profissionais atualizados quanto à disciplina do Direito à Saúde, atuando de acordo com a mais moderna jurisprudência dos tribunais, notadamente aquelas do Superior Tribunal de Justiça (STF) e do Supremo Tribunal Federal (STF);
- Por fim, busca essa pós-graduação fornecer ao mercado de trabalho um profissional capaz de perceber, avaliar e atuar nas áreas propostas, por meio de uma formação crítica, para novos enfoques na ciência jurídica, abrangendo aspectos interdisciplinares na compreensão da Saúde no Brasil.

INFORMAÇÕES GERAIS

Carga horária: a carga horária total para obtenção do Certificado de Especialista é de 450 horas, divididas da seguinte forma:

3 módulos temáticos de 100h cada, totalizando 300h;

1 módulo de Metodologia (Pesquisa Científica e Ensino Jurídico) de 60h 90 horas de atividades complementares.

Regime de Aprovação: farão jus ao Certificado de Especialista os alunos que, cumulativamente, cumprirem os seguintes requisitos:

- a) frequência mínima de 75% da carga horária prevista para cada componente do Curso;
- b) aproveitamento de 70% (setenta por cento) em processo global de avaliação cujos requisitos serão definidos pelo coordenador de cada módulo;
- c) apresentação de trabalho de conclusão de curso (monografia- artigo científico);
- d) entrega das 90 horas de atividades complementares.

Certificado a ser Obtido:

O aluno faz jus ao Certificado de Especialista em Direito Médico e Responsabilidade Civil após concluir as 450 horas previstas para a integralidade do curso e ser aprovado no Trabalho Monográfico de Conclusão

Horário das aulas: das 19h às 22h30.

Jornada: terças e quintas-feiras.

Número de vagas: 50 (cinquenta) alunos por turma.

Público-alvo: advogados, profissionais da saúde outros profissionais.

Perfil do profissional destinatário ao curso:



O curso de pós-graduação (lato sensu) tem por propósito o aperfeiçoamento de graduados em Direito, Medicina e Enfermagem, e ainda, graduados de outras áreas correlatas, que atuem ou tenham interesse em atuar ou ampliar seus conhecimentos acerca das questões jurídicas voltadas à área de Direito Médico e Responsabilidade Civil na Jurisprudência dos Tribunais.

Forma de Ingresso: inscrição do candidato via site da Faculdade.

Exigências para matrícula para alunos de Especialização: cópia de cédula de identidade, da inscrição no CPF/MF e do diploma ou documento que comprove a conclusão de curso de graduação.

Em caso de excesso de candidatos: será realizado processo seletivo por meio de prova escrita (objetiva), com respostas de múltipla escolha, contendo questões relativas ao curso. Havendo necessidade de desempate, serão adotados os seguintes critérios, pela ordem:

- a) conclusão de curso de pós-graduação, relacionado à matéria do curso pretendido (com títulos de especialista, mestre ou doutor);
- b) conclusão de curso de pós-graduação em outras áreas (com títulos de especialista, mestre ou doutor);
- c) conclusão de curso superior em área distinta à de Direito;
- d) critério de antiguidade do registro do diploma de bacharel em Direito; e
- e) o exame da idade civil dos candidatos (da maior à menor).

Previsão de Trabalhos Discentes: os alunos serão submetidos a seminários duas vezes por módulo. **Normas de Avaliação dos Alunos:** os alunos serão avaliados por seminários e provas escritas, além da participação em aula e aferição das leituras complementares.

Perfil do Egresso: o aluno egresso da Especialização em Direito Médico e Responsabilidade Civil da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo estará apto a identificar a ação ou omissão que gera o dever de indenizar; identificar qual a modalidade de responsabilidade civil existente no caso concreto, a posição jurisprudencial do tribunal paulista e dos tribunais superiores a respeito dos temas correlatos ao curso.

Plano e Formas de Orientação do Trabalho de Conclusão do Curso: o aluno poderá apresentar trabalho de curso na forma de monografia sobre tema afeto ao Direito Médico e Responsabilidade Civil ou artigo científico.

Infraestrutura da Biblioteca: espaço físico e digital, com atendimento presencial e/ou online

A Biblioteca assina anualmente duas plataformas digitais contendo acervos distintos: livros jurídicos e afins e periódicos especializados. Essas plataformas pertencem à Revista dos Tribunais, portanto só contém publicações desta editora, tanto de livros quanto de revistas especializadas, tudo muito atualizado.

O acervo de periódicos, além das publicações versando sobre vários assuntos, trazem um riquíssimo conjunto de artigos, julgados e legislações.

Total do Acervo: livros: 19.632 títulos e 44.009 volumes aproximadamente, os quais se concentram em sua maioria nas diversas áreas do Direito e afins.

Periódicos: 687 títulos e 18.350 volumes aproximadamente, os quais se concentram em sua maioria nas diversas áreas do Direito e afins.

Número de funcionários administrativos: 4 funcionários.

Salas de aula: 4 salas de aula.

Infraestrutura tecnológica e de suporte: salas de aula com computadores conectados à internet, plataformas Google Educacional, visando aprendizado online, setor de T.I. que dá todo suporte aos alunos/professores.

Módulos e Respectivos Coordenadores

Módulos	CH	Coordenação	Titulação
MODULO I - O Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro, suas tecnologias e respostas à crise pandêmica. A judicialização da saúde e a jurisprudência dos tribunais superiores.	100h	Fernando Mussa Abujamra Aith	Doutor
MODULO II - O sistema de saúde suplementar no Brasil: A atuação da ANS no direito à saúde. Contratos especiais de	100h	Debora Vanessa Caús Brandão	Doutora



planos e seguros-saúde na jurisprudência dos tribunais.			
MODULO III - Responsabilidade civil por erro médico. Ética, Bioética e Biodireito na Judicialização da saúde.	100h	Marli Aparecida Sampaio	Doutora
Metodologia do Ensino e da Pesquisa em Direito	60 h	Thais Novaes Cavalcanti	Doutora em Direito (PUC/SP)
Metodologia do Ensino Jurídico	26 h/a	Débora Vanessa Caus Brandão	Doutora em Direito do Estado (PUC/SP)
Metodologia da Pesquisa Jurídica	34 h/a	Carlos Eduardo Batalha da S. Costa	Doutor em Filosofia (USP)
TOTAL	360 h		
Trabalho de Conclusão do Curso	90 h		

Ementas das disciplinas e bibliografia encontram-se de fls. 9 a 19.

Corpo Docente

Professores Convidados	Titulação
Debora Vanessa C. Brandão	Doutora (coordenadora)
Marli Aparecida Sampaio	Doutora (coordenadora)
Andrea da Silva Sanchez	Mestre
Arthur L. M. Rollo	Doutor
Christiane Furk	Doutora
Debora Gozzo	Doutora
Debora Pierri	Doutora
Flávio Tartuce	Doutor
Fernando M. A. Aith	Doutor
Luiz Sampietro	Mestre
Marcelo Benacchio	Doutor
Marina Borba	Doutora
Matheus Falcão	Mestre
Mirian C. Generoso	Mestre
Patrícia Gorisch	Doutora
Patrícia Caldeira	Doutora
Roberta Densa	Doutora
Rodrigo Gago	Doutor
Sandra Brassica	Mestre
Sergio Iglesias	Doutor

O curso tem início previsto em 28/2/2023 e término previsto em 19/10/2024, conforme calendário de fls. 21 a 23.

Requisitos da Modalidade a Distância

Plataforma a ser utilizada: Sistema SEI

Acessibilidade e tecnologia assistiva: o SEI está adaptado para este tipo de tecnologia. Caso a Faculdade venha a utilizar algum outro tipo de software de acessibilidade, o SEI poderá efetuar sua adaptabilidade ao uso do sistema.

Atendimento remoto e suporte aos alunos: no ambiente principal do sistema, é disponibilizado ferramentas como dúvida ao tutor, fóruns e comunicação interna. Além disso, podem ser criados tipos de requerimentos para tratar situações gerais para que tanto o professor, quanto os alunos possam ser auxiliados em qualquer dificuldade.

Material: o material a ser disponibilizado compreenderá videoaulas, aulas ao vivo de modo tele presencial e textos em .pdf de acordo com a ementa e bibliografia do curso.

Considerações Finais

O curso tem início previsto para 28/02/2023 e término previsto para 19/10/2024, conforme calendário de fls. 21 a 23.

A título de informação, como esclarecido pela AT, a Instituição apresentou no seu projeto, ora analisado, "requisitos da modalidade a distância"; entretanto, este Projeto se refere ao curso na modalidade presencial. Embora a instituição tenha informado que não pretende ofertar o curso na modalidade EaD, importante registrar que, caso pretenda fazê-lo no futuro, deverá encaminhar um novo projeto, com o atendimento à legislação pertinente.



2. CONCLUSÃO

2.1 Aprova-se, com fundamento na Deliberação CEE 197/2021, o Projeto do Curso de Especialização em Direito Médico e Responsabilidade Civil, na modalidade presencial, com 450 horas, com 50 vagas, da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo.

2.2 A divulgação, a inscrição e a matrícula só podem ocorrer após publicação do ato autorizatório.

São Paulo, 01 de fevereiro de 2023.

a) Cons. Eduardo Augusto Vella Gonçalves
Relator

3. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR adota, como seu Parecer, o Voto do Relator.

Presentes os Conselheiros Cláudio Mansur Salomão, Décio Lencioni Machado, Eduardo Augusto Vella Gonçalves, Eliana Martorano Amaral, Hubert Alquéres, Iraide Marques de Freitas Barreiro, Maria Alice Carraturi Pereira, Pollyana Fátima Gama Santos e Rose Neubauer.

Sala da Câmara de Educação Superior, 08 de fevereiro de 2023.

a) Consª Eliana Martorano Amaral
Presidente da Câmara de Educação Superior

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO toma conhecimento, da decisão da Câmara de Educação Superior, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 15 de fevereiro de 2023.

Cons. Roque Theophilo Júnior
Presidente

PARECER CEE 58/2023	-	Publicado no DOE em 16/02/2023	-	Seção I	-	Página 29
Portaria CEE-GP 98/2023	-	Publicada no DOE em 17/02/2023	-	Seção I	-	Página 30

